



Editorial

É com muita satisfação que a equipe editorial da Acta Scientiarum. Education traz ao público mais um número, seguindo a sua missão de disseminar o conhecimento e fomentar novas pesquisas. O conjunto de textos que o compõem apresenta um equilíbrio bastante expressivo entre as três seções que estão publicadas nesta edição.

Em História da Educação, temos três artigos: ‘Artes do fazer usos do saber no Império Romano: lendo os mosaicos de Antioquia’, do professor Gilvan Ventura da Silva; ‘Expressões religiosas em escolas públicas: representações sociais ou ideologia?’, de Maria Zélia Borba Rocha e ‘Programa Nacional de assistência estudantil: do protagonismo da UNE aos avanços da luta por direitos promovidos pelo FONAPRACE (PNAES: da UNE a FONAPRACE)’, de Luciano Nascimento de Jesus, André Luiz Monteiro Mayer e Pedro Teixeira Camargo.

Na seção de Políticas Públicas e Gestão, temos quatro artigos: ‘Legislação para estudantes com deficiência no ensino superior no Brasil e em Portugal: algumas reflexões’, de Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo e Maria Helena Martins; ‘Promulgação de políticas na escola: considerações a partir da Teoria de Atuação e do Ciclo de Políticas’, de Jean Mac Cole Tavares Santos; ‘Processos de inserção profissional docente nas políticas de formação: o que documentos legais revelam’, de Marília Marques Mira e Joana Paulin Romanowiski e ‘Do global ao local: a implantação das políticas de responsabilização docente, gestão gerencial e avaliação por resultados’, de Fabiano Antonio dos Santos.

Na seção Formação de Professores, os leitores encontram três textos: ‘Conhecimentos dos docentes do 1.º Ciclo do ensino básico sobre o transtorno do déficit de atenção com hiperatividade’, de Eduardo Chaves Cruz e Cecília Mendes Espinho Brito; ‘A relação entre psicologia e educação: ofícios entrelaçados’, de Osterne Nonato Maia Filho e Hamilton Viana Chaves e, por fim, ‘Habitus e habitus de classe: analogias com o desenvolvimento profissional dos professores de educação física’, de Andréia Paula Basei e Eduard Angelo Bendrath

A leitura dos textos que compõem as três seções nos permite afirmar que há aproximações entre os debates travados pelos pesquisadores que podem ser explicitados ao menos sob duas perspectivas. Em primeiro lugar, as inquietações dos pesquisadores, por mais que tratem de problemas distintos, têm como foco da reflexão a ação educativa, seus processos e suas metodologias. Em segundo lugar, é possível depreender dos estudos uma grande preocupação com os rumos dos projetos educacionais nesta segunda década do século XXI.

Neste sentido, cada uma das seções, com os seus respectivos artigos, abrange caminhos que nos permitem pensar a educação com uma lente de diversas cores e matizes.

Na seção de História da Educação, os leitores se deparam com três abordagens que se diferenciam quanto à temporalidade da abordagem, do problema e dos objetos. Todavia, como é próprio do campo, essa diversidade possibilita que o fenômeno educativo seja aproximado por meio da filtragem da história e da memória. É por meio da memória recuperada em mosaicos que Gilvan Ventura retoma os princípios da Paideia romana e nos brinda com uma análise que traz à luz o entendimento de cultura presente na antiguidade. Na verdade, o seu texto permite-nos evocar Halbwachs (2006), em Memória Coletiva, quando destaca que a memória de uma pessoa nunca é individual, pois sempre está permeada pela lembrança do outro ou dos outros que dela fazem parte. Ao analisar os mosaicos, Ventura, um personagem/autor singular da história, no século XXI, nos traz a forma como o outro, do século III romano, pensou a beleza e construiu um projeto de educação por meio da arte, da imagem.

Não menos significativo para o campo da história da educação é o texto de Borba Rocha, que coloca em xeque uma das questões mais polêmicas da educação na contemporaneidade, que é o ensino religioso nas escolas públicas, especialmente a partir da proposta da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que insere esse conteúdo no interior do debate sobre a

inserção da diversidade. Efetivamente, as reflexões sobre o ensino religioso na escola é extremamente pertinente nos dias que correm, quando assistimos com frequência aos embates entre as diversas crenças e até mesmo a um certo radicalismo que culmina em ações violentas, como os ataques na Europa e nos Estados Unidos. Mais, a autora trata do problema, chamando a atenção para o fato de que, para além do entendimento de crenças, trata-se do ensino de visões de mundo. Exatamente por isso ela questiona se se trata de representação ou ideologia. É preciso lembrar que, no Brasil, a presença da Igreja, particularmente a católica, é muito recorrente na educação, na política, por meio dos movimentos sociais e de legendas partidárias. Cumpre observar que esse não é uma particularidade do nosso tempo ou mesmo nacional. Um exemplo da presença histórica da religião nesses dois campos do agir humano foi apresentado por Mendes, Oliveira e Perin (2016), quando de suas reflexões sobre a Encíclica *Rerum Novarum*.

O terceiro texto da seção de História da Educação traz também uma questão atual, que é a assistência estudantil, por meio do PNAES. O debate apresentado pelos autores chama a atenção para o fato de indagar acerca dos resultados desse programa em relação à melhoria de vida dos estudantes nos seus aspectos mais gerais. À primeira vista, pode-se pensar que se trata de mais um estudo sobre a lei, mas uma leitura mais atenta evidencia que os autores apresentam um olhar acurado sobre a história dessas políticas assistencialistas e destacam o quão elas podem ter resultados ineficazes quando se trata de inserção dos alunos nas Instituições de Ensino e, particularmente, na sociedade.

Essa mesma proximidade na diversidade de análises percebemos nos quatro textos que estão na seção de Políticas Públicas e Gestão. A ênfase de todos os artigos volta-se para reflexões centradas em políticas públicas direcionadas ao ensino escolar. Observamos que essa tendência pode ser um indicativo do quão esse campo investigativo está ocupando espaço nos programas de pós-graduação em nível nacional. Na verdade, essa preocupação com as leis e a sua aplicabilidade prática revela, também, as inquietações dos pesquisadores quanto à factibilidade das legislações educacionais no país, uma vez que a tradição evidencia que as leis não se efetivam, na maioria das vezes.

A nosso ver, a dificuldade de a lei tornar-se efetiva no ambiente escolar e na sociedade está vinculada à proximidade que existe entre o que propõe a lei e as práticas sociais das pessoas que se subordinam a ela. Sob este aspecto, é importante recuperar a memória do debate feito por Jamil Cury (1998) ao analisar a legislação educacional e observar quando é que uma lei ‘pega’.

Entretanto, a possibilidade de uma lei de educação ‘pegar’ é diretamente proporcional ao grau de conformação (aceitação sem adesão) e de adesão (aceitação assentida) dado pelo corpo docente. Essa conformação e adesão não será possível sem uma disposição de diálogo entre as autoridades educacionais, as autoridades pedagógicas, comunidade científica e comunidade docente. Diálogo exige cuidado. Cuidado provém de cogitare (pensar), que é pensar com zelo ante uma situação que exige cautela. A responsabilidade pela implementação de uma lei exige tudo isso e, em uma expressão, pode ser resumida em co-responsabilidade civil e responsabilização estatal (Cury, 1998, p. 79, grifos do autor).

Para o autor, uma lei só se efetiva quando a comunidade escolar, particularmente os professores, a encaram como algo que faz parte da rotina da relação educacional. Exatamente por isso uma lei não pode ser editada sem antes considerar os atores do processo educacional. Por isso, é preciso que os legisladores [leia-se o Estado] não promulguem uma lei sem que esteja em pauta a sua proximidade com o universo real e cotidiano das pessoas. Essa vinculação entre a lei e o agir daqueles que a efetivam é condição para o estabelecimento de princípios civilizatórios em qualquer sociedade e, no Brasil, é pressuposto para que os projetos educativos se materializem.

Essa perspectiva deve, do nosso ponto de vista, acompanhar os leitores nas análises que integram os artigos desta seção, uma vez que os textos tratam de leis e de sua aplicabilidade com a finalidade de promover o bem social que, no caso da escola, é o conhecimento que conduz as pessoas à liberdade.

A última seção deste número traz textos que abordam aspectos da formação docente sob diferentes perspectivas. O primeiro apresenta reflexões acerca dos conhecimentos que professores do primeiro ciclo do ensino básico possuem sobre déficit de aprendizagem e hiperatividade. Com certeza, esta é uma das questões candentes da educação brasileira, pois diversos aspectos acompanham esses temas, desde a questão da medicalização escolar (Collares & Moyses, 1994) até os

pífios resultados de aprendizagem registrados nas avaliações nacionais de aprendizagem [ANA] (2014) nesse ciclo de aprendizagem. Portanto, o artigo nos permite refletir sobre possíveis caminhos para essas duas questões que interferem na formação da criança; por conseguinte, atinge as futuras gerações de cidadãos brasileiros que não conseguem avançar na apropriação de conhecimentos básicos necessários para o convívio social. O segundo estudo que compõe esta seção também apresenta contribuições importantes para o entendimento da educação brasileira no âmbito da atuação de professores, que é a relevância de se pensar e se apropriar de conhecimentos da psicologia no momento de formação desse personagem central do processo de ensino e aprendizagem do ser humano inserido no ambiente escolar. O último artigo desta seção e, por conseguinte, deste número, examina os hábitos do professor de educação física, tendo como parâmetro o estudo de caso em um município do Estado do Paraná. Como estudo singular, a abordagem nos apresenta grandes contribuições para pensar o objeto educação, uma vez que os hábitos do professor são, efetivamente, exemplos a serem praticados por seus alunos. Por consequência, também os hábitos dos docentes expressam as práticas pedagógicas desse profissional, pois, seguindo o princípio aristotélico em *Ética a Nicômaco*, os hábitos se constituem em uma segunda pele que, praticamente, são impossíveis de serem extirpados. Exatamente por isso, quando se trata de uma disciplina na qual estão em jogo ações que envolvem o conjunto da formação da pessoa, que é a parte física e a mental, objeto da disciplina educação física, os hábitos dos seus mestres são vitais no processo formativo.

Desse modo, cada um dos textos, agrupados nas três seções que compõem o número 3 do volume 38 da *Acta Scientiarum. Education*, traz contribuições importantes para a educação, especialmente pela diversidade e, ao mesmo tempo, similaridade das abordagens. Por conseguinte, indubitavelmente, contribuem e podem fomentar reflexões e novas pesquisas. Convidamos a todos, por essa razão, a visitarem, lerem e se apropriarem dessas reflexões.

Terezinha Oliveira
Maria Terezinha Bellanda Galuch
Editora *Acta Scientiarum. Education*

Referências

- Avaliação Nacional de Alfabetização [ANA] (2014). Recuperado de <http://portal.inep.gov.br/>
- Collares, C. A. L., & Moysés, M. A. A. (1994). A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (a patologização da educação). *Série Idéias*, (23), 25-31
- Cury, J. C. R. (1998). Lei de Diretrizes e Bases e perspectivas da educação nacional. *Revista Brasileira de Educação*, (8), 72-85.
- Halbwachs, M. (2006). *A memória coletiva*. São Paulo, SP: Centauro
- Mendes, C. M. M., Oliveira, T., & Perin, C. S. B. (2016). Do antissocialismo ao anticapitalismo: um estudo da *Rerum Novarum*. *Revista Brasileira de História das Religiões*, IX(25), 271-304.